

**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -
CONANDA**

Às dez horas e quinze minutos do dia treze de abril de dois mil e cinco, deu-se início a centésima vigésima sexta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, com a presença dos Conselheiros Titulares e Suplentes, Secretaria Executiva e equipe da SPDCA. Estiveram Presentes os Conselheiros Titulares: Ana dos Santos Braga, Ministério da Previdência Social; Enid Rocha Andrade da Silva, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança; Maria das Graças Fonseca Cruz, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Marta Marília Tonin, Ordem dos Advogados do Brasil; Miriam Maria José dos Santos, Inspeção São João Bosco/ Salesianos; Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino; Joisiane Sanches de Oliveira Gamba, Movimento Nacional dos Direitos Humanos; José Fernando da Silva, Associação Brasileira de Organizações não Governamentais; Hans Flits Costa Carloni, Associação de Apoio a Criança e o Adolescente; Antônio Pereira da Silva Filho, Confederação Geral dos Trabalhadores; Renato Roseno de Oliveira, Associação Nacional dos Centros de Defesa; Maria de Lourdes Alves Rodrigues, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança; Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil e Maria Júlia Rosa Chaves Deptuski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua E José Luis Gonzaga de Oliveira, Ministério da Justiça. Presentes também os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia; Margarida Munguba Cardoso, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Napoleão Alvarenga Filho, Ministério da Cultura; Cleyde de Alencar Tormena Ministério da Educação; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde; Meyre F. Ferreira Leão, Ministério do Esporte; Amarildo Baesso, Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Presentes ainda os conselheiros não governamentais suplentes: Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo, Sociedade Brasileira de Pediatria; Tiana Sento-Sé, Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social; Maria Luisa Teresa Dias Marinho, Aldeias Infantis SOS Brasil; Fábio Teixeira Alves, Associação da Igreja Metodista, Waldir Pereira, Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Maria Luiza Moura Oliveira, Conselho Federal de Psicologia. Estiveram também presentes Paulo Marques, Cristina Albuquerque e Alberto Albino, ambos da SPDCA. A plenária foi iniciada pelo Vice Presidente, **Amarildo Baesso, Secretaria Especial dos Direitos Humanos** desculpando-se pelo atraso e dando alguns informes antes da apresentação da pauta. O primeiro ponto foi em relação ao CAJE. O processo de pedido de intervenção já foi encaminhado ao Procurador Geral da República, Doutor Cláudio Fontelles e ao Doutor Rogério. O pedido já foi feito no Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, e agora o processo já está sendo consolidado. Também foi debatida a audiência pública promovida pela **Deputada Érika Kokai** onde a posição da Secretaria foi de defender o relatório e de não se colocar em relação ao pedido de intervenção e aguardar decisão judicial. Outra questão foi em relação à reunião de apresentação oficial do Instituto Interamericano Del Ninho, tendo sido convidado o **Presidente do Conanda, Sr. José Fernando da Silva**, para participar do evento. O último informe foi a presença de um grupo em Goiânia para verificar a situação das crianças que estão nos dois ginásios, comprovando a gravidade da situação, em especial

do estado de saúde e a constatação de dois falecimentos. O governo municipal está tomando providências quanto a aquisição de uma área para os desabrigados e também o retorno das crianças às aulas. O conselheiro **Renato Roseno**, parabenizou a ida do subsecretário até Goiânia. Disse que também esteve lá e ouviu críticas de omissão do Ministério Público. Foi proposto que se fizesse uma nova Nota Pública a qual foi redigida pelo conselheiro Renato Roseno para ser encaminhada ao Ministério Público local. Foi informado que a prefeitura mandou um relatório ao Conanda informando tudo que estava acontecendo. O conselheiro Amarildo propôs criar uma comissão envolvendo o Ministério da Saúde, SEDH, Conselheiro do Conanda, Ministério Público Federal, Ministério das Cidades, Ministério da Justiça e Ministério do Desenvolvimento Social. Em seguida, passou-se a apresentação da pauta que após algumas alterações, foi aprovada. No período vespertino as comissões reuniram-se em grupos para apresentarem os seus relatórios na plenária do dia seguinte. O presidente Sr José Fernando deu início a reunião do dia quatorze de abril, às nove horas e trinta minutos, dando oportunidade para que as comissões fizessem os seus relatos. Foi mencionado que na IV Conferência, o Conanda não teve tempo para consolidar todos os relatórios das conferências estaduais, pois os recebeu com atraso. Já na V Conferência, o resultado foi melhor. Para a VI Conferência deve-se trabalhar para que os trabalhos sejam superiores. A Comissão mencionou que há municípios solicitando prorrogação de prazo das conferências municipais, mas que isso pode prejudicar a Conferência Nacional. Sobre a periodicidade de realização das Conferências, os conselheiros chamaram o tema de recorrente, pois sempre vai e volta e que acaba gerando polêmica. A Comissão recebeu uma solicitação do presidente do CONDICA de Caxias do Sul, que solicitou que as conferências fossem feitas de três em três anos. Também foi debatido a importância dessas conferências e os resultados positivos que elas trazem quando são realizadas. Concluiu-se que essa discussão é política e o Conanda tem que tirar uma posição única sobre esse assunto e que será uma perda incalculável caso seja realizada de três em três anos. Foi ressaltado que o regimento do Conanda determina que a periodicidade seja de dois em dois anos e para mudar esse prazo, deve-se abrir um debate e tomar decisão. A Plenária preferiu refletir mais sobre a questão da periodicidade em uma outra ocasião. **Programação da Conferência a ser realizada em dezembro** - A programação foi feita com painéis diferentes. A novidade é a figura dos debatedores na mesa, juntamente com a coordenação e os painelistas. Ficou decidido para o dia doze de dezembro que o período das nove horas às dezessete horas, será destinado ao credenciamento, às quinze horas, reunião dos adolescentes, às dezessete horas, apresentação cultural já preparando para a abertura, às dezoito horas a abertura oficial e às dezenove horas, Conferência Magna - **“15 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente-retrospectiva histórica da participação social, crianças e desafios”**. O tema foi escolhido, por este ser o ano de Comemoração do Estatuto, uma vez que é interessante fazer essa retrospectiva, mas com uma ótica maior de participação, pois esse tema dá uma ligação com os outros temas, motivando-os. Continuando a programação, às vinte horas, aprovação do Regimento Interno, vinte e uma hora, Coquetel/ Jantar Show dos 15 anos. Para o dia treze de dezembro, de oito às doze horas, continuação do credenciamento, oito horas e trinta minutos, Painel. I - **O Papel do Estado e da Sociedade na Formulação e Fiscalização de Uma Política Para a Criança e o Adolescente**, às onze horas, realizações do Conanda, momento de apresentar o trabalho feito pelo Conanda, às treze horas, apresentação do Grupo de Trabalho, dezesseis horas, Painel II - **A participação Social na Elaboração,**

Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Público, vinte horas, Articulação dos Segmentos. No dia quatorze de dezembro, ficou programado para as oito horas e trinta minutos, a continuação da apresentação dos trabalhos e realizações do Conanda, às nove horas, continuação da apresentação dos Grupos de Trabalho do dia anterior, às onze horas Relato de Experiências, Monitoramento das Políticas Públicas e a captação dos recursos às treze horas e trinta minutos, Painel III – Discussão nova que já está sendo feita pelo Conanda, mas que ainda não passou pelos Conselhos Municipais e Estaduais. Tema: **A Participação Social na Promoção e Valorização da Diversidade: Gênero, Raça, Etnia, Portador de Deficiência, Orientação Sexual e Procedência Regional**. Às quinze horas e trinta minutos, debate, às dezesseis horas e trinta minutos, grupos de trabalho, às vinte horas, atividade cultural para os adolescentes e articulação dos segmentos e finalmente o dia 15 de dezembro, às oito horas e trinta minutos, início com o relato de experiências e com o tema do Painel III. Pensou-se também em discutir relatos de experiências também das Comunidades Quilombolas, Comunidades Indígenas, Portador de Deficiência e Orientação Sexual. Às dez horas, Síntese do Painel I, às treze horas, Síntese do Painel II, às quinze horas, Síntese do Painel III, às dezesseis horas e trinta minutos, Moções, às dezessete horas e trinta minutos, Encerramento. O objetivo da Conferência é trazer os delegados para uma discussão em torno do Controle Social. E nesses termos, o Conanda acredita que ainda não conseguiu avançar muitas reflexões. O propósito da Conferência é que ela ofereça elementos para que o órgão tenha subsídios e que possa estar estabelecendo a questão do controle e verificar onde a participação está falha e onde pode se melhorar para avançar nas questões dos direitos da Criança e do Adolescente, inserindo programas variados que visem esse ponto. Foi iniciado um debate sobre a programação e sobre os temas da Conferência. Vários pontos foram destacados com relação ao tempo, assunto e a exposição das palestras. Entre os temas, estiveram a questão do relato de experiências, grupos de trabalho e a importância dos debates sobre etnia, raça, portador de deficiência, painéis quanto a participação e envolvimento dos visitantes. Em relação aos nomes propostos para os palestrantes da Conferência Magna o conselheiro **Amarildo** lembrou que esse tipo de consultoria não é uma coisa que dá para fazer até a data da Conferência e que deveria ser trabalhada a partir de agora e mesmo assim fica meio impossível de concretizar. O Conselheiro sugeriu que a contratação desses consultores fosse feita por um convênio, mas nenhum foi acertado ainda. Sobre a contratação de quem vai ficar responsável pela coordenação geral do evento foram apontados os nomes da Sr^a Eliana Crisóstomo para a Coordenação Geral e da Sr^a Ieda para Coordenadora Técnica. Após essa decisão, a reunião seguiu para o Plano de Captação de recursos. O Plano de Captação de recursos é baseado na Proposta do Orçamento e de forma mais sistematizada e profissional de captação de recursos. Ele traz um bloco de alternativas de patrocínio denominadas por categorias: Patrocinador Máster (valor de até 80 mil reais), Patrocinador Especial, Pacotes Exclusivos (individualmente) e Patrocinador de itens (para a Cerimônia de Abertura, material para as Conferências, bilhetes aéreos para conferencistas, impressos, evento cultural dos adolescentes, painéis, sinalização interna e externa e os diversos que envolvem a criação e arte final das peças promocionais). Essa divisão serviu para oferecer um cardápio e facilitar a visualização da parceria com recursos financeiros. As questões de alimentação e algumas publicações, como anais, cartazes e o manual de orientação também estão contempladas. Sobre outras sugestões que forem surgindo poderão ser enviadas por e-mail até o dia oito de maio. Foi encerrado o assunto sobre a Conferência. Na seqüência, foi feita a leitura da ata da centésima vigésima quinta

assembléia, que após alterações pertinentes foi aprovada. Ficou decidido que a assembléia de dezembro será dias seis e sete e a de junho para os dias quatorze, quinze e dezesseis. **Comissão de Articulação e Comunicação.** A próxima reunião desse grupo ficou definida para os dias onze e doze de maio, véspera da próxima assembléia, e para o mês de junho, estipulou-se os dias quatorze, quinze e dezesseis. O pedido era que as cartilhas fossem aprovadas na data, mas não sendo possível a Comissão decidiu circular as informações entre os Conselheiros para contribuições até o dia nove para ser aprovada. A Comissão esclareceu que tem a tarefa de analisar quatro documentos: 1) Resolução do Conanda com relação à criação das cartilhas, já aprovada; 2) Orientações dos parâmetros de criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos, não concluída; 3) Contribuições do Conselho e 4) Conteúdo das Cartilhas, Pró-Conselho Brasil. Foram estabelecidas datas para circulação dos textos. A Resolução já está analisada e em maio estará aprovada. As orientações circularão a partir do dia vinte e seis de abril. As contribuições deveriam chegar até o dia vinte e nove de abril e o Conteúdo das Cartilhas do Pró-Conselho já estava circulando. Outras sugestões para a Cartilha deveriam chegar até o dia vinte e seis de abril. Ficou estabelecida como coordenadora, a Conselheira Maria de Lourdes e como relatora, a Conselheira Andréia. A proposta da Comissão é concluir a questão dos parâmetros e a revisão das Cartilhas até o dia três de maio. Dentro do Pró-Conselho Brasil, está previsto uma reunião nos dias 28 e 29 de abril com o objetivo de estar estabelecendo um plano de implementação das ações do programa nos estados. A Comissão sentiu a necessidade de um debate mais aprofundado sobre os 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e também das Olimpíadas Esportivas e Culturais com o Adolescente. Para isso, o grupo propôs a necessidade de um respaldo maior do Conanda. A veiculação de vídeos produzidos sobre os Direitos da Criança e do Adolescente também foi debatida. O Conanda deliberou que os vídeos não serão utilizados como material da campanha dos 15 anos e que a Secom ainda deverá ver e analisar todos eles. A **Comissão de Articulação e Comunicação** deverá verificar se há a possibilidade de preparar alguma Campanha Publicitária. O Conselho vetou as peças publicitárias que demonstravam violências, trabalho infantil e racismo. Com relação às Olimpíadas Culturais e Esportivas, os comentários soaram em torno da possibilidade do projeto poder trazer uma força contrária e crítica mas segundo a comissão, esse plano pode aumentar a autoconfiança dos adolescentes e esse risco deve ser corrido. Relatou-se a importância da experiência pedagógica desse programa e que a resistência pode ser encontrada em todos os lados, porém deve ser enfrentada. As despesas com um evento como esse necessitam da realização de um convênio e da parceria com os estados para a realização. Nesse aspecto, nenhum acordo foi acertado. A Comissão anunciou por fim, que está negociando com os Correios para criação de um selo comemorativo aos 15 anos do ECA. A **Comissão de Políticas Públicas** iniciou o seu relato mencionando os pontos do último encontro. Foram eles: Análise do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual infanto-juvenil; Estabelecimento de estratégias referentes às sugestões da última plenária sobre o Plano Presidente Amigo Da Criança e do Adolescente - PPCA, com o envolvimento de alguém ou universidade fazendo um levantamento do que foi feito no plano e repassar para a plenária; Apresentação da Seppir; Prestação de contas das metas do Conanda no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador, análise do decreto que regulamenta a lei nº 10.097 e verificação da compatibilização com o relatório da Oficina sobre o adolescente aprendiz, realizada em novembro de 2004. O relatório foi finalizado com a decisão de que todos os pontos fossem recuperados pela Secretaria e repassados para todos os Conselheiros do Conanda Titulares e Suplentes. A **Comissão de**

Orçamento e Finanças e Medidas Sócio Educativas iniciou a fala solicitando que passasse a ser Comissão de Orçamento Finanças e Projetos, porque os projetos perpassam por ela. Não se chegou a um ponto comum com relação à migração das Medidas Sócio Educativas para Políticas Públicas e essas esperam a decisão da plenária. Sobre a Avaliação de Projetos, a **Senhora Cristina da SEDH (Secretaria de direitos Humanos)**, apresentou um trabalho mais elaborado de erradicação do sub-registro civil no semi-árido, aproveitando o projeto e levando o tema Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A Comissão chegou à conclusão de que o tema Pró-Conselho pudesse ser trocado por debates sobre o trabalho infantil, pois essa realidade na região do semi-árido é bem mais forte. Sobre a FEBEM, foram recebidos vários relatórios com relação a situação da entidade e foi colocado que o **Sr Paulo Marques, Subsecretaria de Promoção dos Direitos das Crianças**, fizesse uma minuta apresentando esses resultados à Procuradoria Geral da União relatando os problemas. Com relação ao atendimento aos adolescentes que cumprem Medidas Sócio Educativas em São Paulo, foram passadas informações de que a situação não está atendendo ao que está prescrito na lei Federal 8069/90 e às resoluções do Conanda, principalmente no que diz respeito às transferências de adolescentes para penitenciárias. Tendo em vista o descumprimento reiterado da lei e o desrespeito, a comissão afirmou ser necessária a adoção das medidas pertinentes por parte da Procuradoria Geral de Defesa dos Cidadãos. As alternativas citadas foram a suspensão das transferências, o retorno dos adolescentes no prazo imediato, a apuração desses crimes e irregularidades denunciados e os relatos de agressões físicas nos jovens dentro dessas unidades de internação da FEBEM. Foi feito um ofício para ser entregue a Procuradoria Geral da União. As respostas sobre os ofícios enviados ao Ministério Público da união e à Vara da Infância e da Juventude referente ao CAJE foram recebidas na Comissão e o resultado da CDDPH foi encaminhado à Procuradoria Geral da União pedindo a intervenção no CAJE. A resposta do ofício 55 do Conanda também foi recebida. O conselheiro **Hans** destacou um ponto importante dentro do relatório da Comissão, com relação à intervenção no CAJE. Afirmou que a Subsecretaria estava um pouco despreocupada com relação a essa intervenção e com relação aos desdobramentos desse fato e ele acreditava que deveria ficar clara a posição do órgão, se é a favor ou contra essa intervenção. Para finalizar, concluiu-se que um ofício é uma coisa muito seca e que esse problema merece a solicitação de uma audiência com o governador do estado e a verificação das unidades de Medidas Sócio Educativas feitas pelo presidente e vice-presidente do Conanda. **A Comissão de Legislação e Regulamentação** iniciou o seu relato falando do Projeto de Lei nº 2.375/2003. O Projeto de Lei original sugere a substituição do tipo penal, previsto no Código Penal, para tráfico de mulheres, para tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, trabalho escravo e transplante de órgãos e tecidos. De acordo com a comissão, o relator da matéria, **Deputado Eduardo Greenhald**, manifestou-se a favor do parecer, sugerindo apenas algumas adequações de técnica legislativa. A Presidência da República solicitou uma proposta opinativa da subsecretaria na perspectiva de análise tanto do texto original quanto do texto substitutivo. A Comissão opinou pela manutenção do substitutivo, fazendo uma adequação normativa onde for necessário. A reunião também se mobilizou com as pessoas despejadas no Parque Oeste Industrial de Goiânia e sugeriu medidas urgentes à população abrigada em Ginásios de Esportes do Estado. Ficou decidido que um Grupo de Trabalho composto pelo Vice-Presidente, Amarildo Baesso e conselheiros: Margarida, MDS; Regina, MS, Alda, Sociedade Brasil de Pediatria e Maria Luisa, Conselho Federal de Psicologia, deverão fazer uma visita ao

local. Em relação às coordenações foram recomendados os nomes para cada comissão: **Articulação**: proposta de coordenação para conselheira Maria de Lourdes pela Sociedade Civil e da Sr^a Andréia, relatoria; **Políticas Públicas**: Coordenação, conselheira Tereza e conselheira Miriam relatoria; **Orçamento e Finanças**: **Coordenação**: conselheiro Amarildo e relatoria conselheiro Hans Flits; **Legislação e Regulamentação**: conselheira Marta, coordenação e Sr Luis Gonzaga na relatoria. A Comissão tratou de discutir sobre as doações de computadores pelo Banco do Brasil aos municípios e sobre projetos de inclusão digital, mas não chegou a um denominador comum, ficando definido aprofundar o debate na próxima plenária. A Comissão voltou a falar sobre a intervenção no CAJE e o conselheiro Hans tomou a fala e retratou que há uma preocupação com relação a demanda que possa surgir no local. Ele citou o caso de São Paulo e o comparou com o CAJE. A intervenção neste local depende ainda de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Essa alternativa consiste em cessar os desrespeitos humanos no CAJE. Para os participantes, o Estado tem de resolver esse problema, pois isso diz respeito a ele. A Secretaria vai ter que se preparar para a decisão do STF e se preparar para cessar os desrespeitos humanos no CAJE, dependendo do resultado dessa solicitação. O conselheiro **Renato Roseno**, fez considerações sobre a intervenção e classificou-a como uma medida excepcionalíssima, dizendo ser pouco provável que o Supremo se depare com intervenções em massa. A sua fala ainda mencionou que a Secretaria tem de ter posicionamento sobre esse assunto, pois colaborou na elaboração do pedido de intervenção. O conselheiro **Amarildo** explicou que a Secretaria, mesmo coordenando o grupo de trabalho, se manteve na neutralidade e em todas as colocações que ela fez à imprensa, ela tem deixado claro essa posição do Conanda e do CDDPH. Ele não acredita que o Conanda possa induzir os gestores que a saída é a intervenção e que isso é a solução dos problemas. Também afirmou que não se resolve o problema dos adolescentes do CAJE com uma intervenção. A Sr^a Jane destacou que a Comissão deveria conhecer a posição dos próprios gestores e que esse movimento é uma grande oportunidade para o Conanda, mas também considerou que uma intervenção não é a solução. A conselheira Maria de Lourdes observou que o foco é a violação dos direitos humanos e que não se pode perder esse objetivo sobre esses fatos que acontecem sistematicamente no CAJE e em São Paulo. Há a necessidade de um plano mais elaborado na sua opinião. Os conselheiros decidiram que seja criado um grupo para analisar o objetivo da intervenção e como ela vai influenciar, caso ela venha a acontecer, e como o Conanda deve agir. O grupo de análise para esses aspectos ficou com os seguintes integrantes: conselheiro Renato Roseno, conselheiro Amarildo, conselheira Maria de Lourdes e conselheiro Fernando. **Planejamento estratégico 2005/2006**. Determinou-se que o planejamento estratégico estará sendo analisado pelos conselheiros: Amarildo e Fernando e será divulgado via e-mail e na próxima plenária a realizar-se nos dias onze e doze de maio. Após essa decisão, os conselheiros assistiram aos vídeos, avaliaram cada um deles e decidiram que sejam reproduzidos e divulgados porém nem todos foram aprovados. O presidente Sr Fernando abriu o encontro do dia quinze de maio com a apresentação do tema do dia: **Debate e deliberação sobre a proposta da Lei de execução das Medidas Sócio Educativas**. Ele convidou o Sr Paulo Marques, conselheiro Cláudio, Sr^a Jane, Dr Frazzeto e Dr Alexandre para sentarem a mesa de debates. O conselheiro **Cláudio** fez um apanhado histórico sobre a questão da redução da maioria penal no Brasil e falou sobre o texto do projeto que tem o objetivo de implementar um programa regulador das Medidas Sócio Educativas. Ele disse que essa regulamentação controla o Judiciário e que garante direitos. Segundo ele,

ela tem como objetivo controlar o setor do sistema de garantia de direitos aos adolescentes que está sem controle e ainda, assegurar os direitos aos adolescentes que estão em situação de cumprimento de Medidas Sócio Educativas. A Sr^a **Jane** entendeu a importância do sistema regulador e comparou o Projeto de Lei de Execução das Medidas Sócio Educativas com a LDB. Ela explicou que o PL vem organizar o sistema e definir competências entre os entes federais e agregar componentes importantes para reafirmar a incompletude institucional pelas instituições responsáveis pela execução da Medida. Ela reafirmou itens importantes presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente na questão da saúde e educação, por exemplo. Da parte da Subsecretaria, o PL possibilitaria um processo amplo e democrático e foi resultado do empenho dos colaboradores e de propostas de oficinas regionais. O Dr **Alexandre Morais da Rosa, juiz da Vara da Infância e Juventude de Joinvile**, destacou a riqueza desse processo, pois foram aproximadas visões antagônicas sobre o tema. Ele relatou que o projeto ganhou força de legitimidade do processo e ressaltou que há juízes que não têm formação pedagógica e agem de forma errônea em julgamentos de adolescentes. O Dr. Alexandre afirmou que na discussão surgiram quatro linhas básicas. 1) Linha Disciplinar (na aplicação das medidas); 2) Linha Paternalista (que reaviva o Código de menores); 3) Linha do Direito Penal Juvenil; e 4) Linha Constitucional Garantista, que tece os objetivos para que o adolescente cumpra as Medidas Sócio Educativas. O Sr **Paulo Marques, Subsecretaria de Promoção dos Direitos das Crianças**, acredita que esse projeto não vai acabar de vez com os problemas das Medidas Sócio Educativas, mas reforçou que ele é realmente democrático. Continuou falando que a lei tem dois aspectos bem claros. Um que é essa regulamentação do sistema, algo dirigido mais especificamente ao Executivo e às entidades que vão desenvolver os programas, e um outro aspecto mais dirigido ao Judiciário tentando prever também a forma como essas duas instâncias se relacionam no curso da execução da medida. Foi feita a leitura e destacada a importância de cada artigo do projeto. Os Conselheiros debateram alguns pontos e esclareceram questões. O Conselho decidiu que o Projeto não vai para o Congresso sem que haja um controle maior sobre ele e deve-se ter um consenso de quando será a melhor hora para ele ir. O texto deverá seguir ainda às organizações promotora do ante-projeto e aos conselheiros do Conanda para que possam apresentar também a sua posição. Cada artigo foi debatido e foram feitas as devidas alterações. Houve também propostas de novas redações para alguns dos artigos citados. Decidiu-se que não era possível definir todas as questões do projeto no dia e fizeram uma proposta de trazer uma avaliação mais abrangente na reunião do mês de maio. Neste dia foi proposto e aprovado que a Comissão organizadora da VI Conferência Nacional tenha dois coordenadores, tendo sido votado os nomes dos Conselheiros Amarildo e Maria das Graças para a coordenação dos trabalhos. O UNICEF estará realizando um Seminário Nacional sobre Violência no Ciclo de Vida da Criança e Adolescente em São Paulo, de vinte e dois a vinte e cinco de maio e a instituição solicitou apoio do Conanda, sugestão de nomes e possibilidade, tendo sido deliberado o apoio político, dada a relevância do evento. O conselheiro Renato comentou que o colegiado deve participar, pois esse seminário pode levar frutos para o encontro regional de Buenos Aires e o Brasil, por ser o quarto país em homicídios deve marcar presença. A conselheira Maria de Lourdes avisou que a Comissão de Articulação e Comunicação tem um conjunto de documentos para a aprovação e deliberação e está propondo que esses pontos sejam colocados na pauta para serem debatidos na próxima reunião. O conselheiro Amarildo informou que a agenda ainda vai ser discutida e a comissão vai tentar organizar a pauta e fez um convite

ao presidente do Conanda, para que ele esteja presente na abertura da reunião extraordinária do Conselho Diretivo do Instituto Iberoamericano Del Niño, que acontece nos dias vinte e cinco, vinte e seis e vinte e sete, no Hotel Kubitschek Plaza em Brasília e ainda no encontro de conselheiros, que será realizado na seqüência, dia vinte e oito, no mesmo local e também em Fortaleza nas manifestações do dia dezoito de maio, contra o Abuso e Exploração sexual. A Pastoral vai realizar assembléia Nacional na semana de vinte e três a vinte e sete de maio, onde pretendem fazer um ato político para comemorar os 15 anos do Estatuto. O presidente do Conanda foi convidado para estar presente neste encontro.

Para constar, essa ata após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente.

JOSÉ FERNANDO DA SILVA

Presidente do Conanda